



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

## **PARECER Nº , DE 2015**

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 138, de 2015 (Projeto de Lei nº 5.284, de 2009, na origem), do Deputado Felipe Bornier, que “*veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados*”.

Relator: Senador **RONALDO CAIADO**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 138, de 2015 (Projeto de Lei nº 5.284, de 2009, na origem), que “*veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados*” vem à análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A proposição contém cinco artigos. O art. 1º estipula a proibição da importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos sem origem certificada, bem como de artigos derivados.



SF/15570.36041-66



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

O arts. 2º e 3º vedam a importação de pele de cães e gatos e de artigos dela derivados e de pele de animais selvagens exóticos sem origem certificada e de artigos dela derivados.

O art. 4º excetua das disposições dos arts. 2º e 3º as peles de animais e os artigos delas derivados destinados a instituições educativas e científicas. O derradeiro artigo estabelece a vigência da lei resultante da proposição a partir da data de sua publicação.

Segundo o Autor da proposição, a indústria das peles envolve cifras milionárias, e os métodos utilizados para captura, aprisionamento e abate envolvem práticas cruéis e intenso sofrimento dos animais, selvagens ou domésticos.

Da justificção extrai-se que a *maioria das peles e produtos derivados é proveniente da China, país que abrange 51% da produção mundial* e em 2007, devido às inúmeras denúncias de prática de crueldade, a União Europeia aprovou diretiva que proíbe o comércio e a fabricação de produtos oriundos de pele de cães e gatos. Esse comércio já havia sido proibido nos Estados Unidos e na Itália desde 2000.

## **II – ANÁLISE**

Conforme estabelece o Regimento Interno do Senado Federal em seu art. 102-A, inciso II, cabe a esta CMA opinar quanto



SF/15570.36041-66



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

ao mérito das proposições que versem sobre a defesa do meio ambiente, especialmente sobre a proteção do meio ambiente e controle da poluição, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais e genéticos, florestas, caça, pesca, fauna, flora e recursos hídricos.

Na espécie, cabe-nos também opinar sobre aspectos constitucionais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa, em face desta proposição tramitar somente nesta Comissão.

De início, o art. 24, inciso VI, da Constituição Federal (CF) atribui competência concorrente à União, Estados e ao Distrito Federal para legislar, dentre outros, sobre fauna, caça, conservação da natureza e proteção do meio ambiente.

A matéria, ademais, não consta entre aquelas para as quais a Carta Magna reserva a sua iniciativa – de forma exclusiva – ao Presidente da República, a que se refere o art. 61 da Constituição.

Entendemos, portanto, que o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2015, não apresenta quaisquer problemas de



SF/15570.36041-66



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

constitucionalidade, material ou formal, ou de injuridicidade, em qualquer dos seus elementos.

Quanto ao mérito, cabe assinalar que a matéria tratada é de extrema relevância. Ao proteger os animais contra atos cruéis, especificamente no tocante à importação de peles oriundas de animais domésticos (cães e gatos) e selvagens sem origem certificada, o País passa a adotar medidas preventivas à comercialização de produtos oriundos de processos que causam sofrimento e maus-tratos aos animais.

A CF, ao estabelecer em seu art. 225, § 1º, VII, como dever do Poder Público *proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade*, estatui a obrigação de atuação legislativa a fim de coibir práticas nocivas e cruéis aos animais.

O comércio e a indústria de peles, em diversos países (principalmente na China, que é grande exportador), estão atrelados a maus tratos nos criatórios e, principalmente, na extração das peles. Nas fazendas de criação, os animais não são alimentados



SF/15570.36041-66



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

propriamente, permanecem em pequenas gaiolas, expostos ao clima rigoroso de inverno, e desenvolvem comportamento doentio. As técnicas de captura, confinamento e transporte são igualmente cruéis. Já os métodos de abatimento envolvem golpes contra o chão, marretadas, além da depelagem do animal ainda vivo.

O Brasil deve seguir o exemplo de outros países e da União Europeia, em eliminar o comércio de roupas, acessórios e a fabricação de produtos vinculados a uma indústria que instiga a tortura contra os animais. Trata-se de uma proposição consentânea à legislação pátria que veda os maus-tratos a animais.

Entendemos, contudo, que o projeto merece aperfeiçoamentos, por meio de uma emenda substitutiva. A redação da proposição deve ser aperfeiçoada, pois o art. 1º contém vedações repetidas nos arts. 2º e 3º. Além disso, propomos nova redação ao art. 1º, a fim de especificar, nos incisos I e II, o âmbito de aplicação da vedação proposta. O inciso I do art. 1º que propomos trata, especificamente, da proibição da importação de peles de cães, gatos, coelhos e chinchilas domésticos e o II, de animais silvestres, exóticos



SF/15570.36041-66



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

ou não, sem origem certificada, sem licença ou sem autorização da autoridade competente.

Ademais, propomos a alteração do art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para criminalizar a introdução de peles de animais sem a licença expedida pelo órgão ambiental competente e para aumentar a respectiva penalidade, eis que a pena de 3 (três) meses a 1 (um) ano é considerada irrisória para crimes com tamanha gravidade. A alteração visa equiparar a pena àquela prevista no art. 30 da Lei de Crimes Ambientais, que dispõe sobre o tipo penal de exportação de peles e couros sem a autorização da autoridade ambiental competente.

### **III – VOTO**

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2015, com a emenda substitutiva a seguir apresentada.



SF/15570.36041-66



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

## **EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)**

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2015**

Veda a importação de pele de cães, gatos, coelhos e chinchilas domésticos e de animais selvagens e de artigos dela derivados e altera o art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A importação de peles de animais e artigos delas derivados é vedada para:

I – cães, gatos, coelhos e chinchilas domésticos;

II – animais selvagens sem origem certificada e sem licença ou autorização da autoridade competente.

*Parágrafo único.* Excetuem-se da disposição do *caput* peles de animais e artigos delas derivados destinados a instituições educativas e científicas, mediante autorização da autoridade competente.



SF/15570.36041-66



SF15570.36041-66

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala da Comissão, em de de 2015.**

**Senador RONALDO CAIADO**  
**DEMOCRATAS/GO**